



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível Nº 0322421-9

Juízo de Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital

Magistrado Sentenciante: Dr. Paulo Onofre de Araújo

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador: Dr. Francisco Luiz Viana Nogueira

APELADO: João de Anchieta Ales Barbosa

Advogada: Dr. Ana Patrícia Vieira de Almeida

RELATOR: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

REVISOR: Des. Fernando Cerqueira Norberto Dos Santos

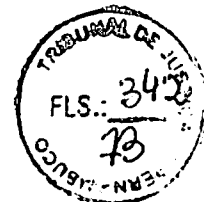
EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. REPROVAÇÃO NO EXAME DE SAÚDE. PRELIMINAR DE PERDA DO OBJETO. REJEITADA. NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. LESÃO AO PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA APTIDÃO FÍSICA DO CANDIDATO ATRAVÉS DE PERÍCIA JUDICIAL. APELO DESPROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o encerramento do concurso por si só não oportuniza a perda de objeto da ação, sob pena de tornar definitiva a suposta ilegalidade. Preliminar rejeitada 2. O ato de exclusão do candidato do certame está eivado de ilegalidade, uma vez que o laudo médico que considerou o candidato inapto não apresentou os motivos que levou a conclusão pela reprovação. 3. Os exames cardiológicos acostados pelo apelado demonstraram sua plena capacidade para o exercício do cargo da Polícia Militar, bem como a perícia judicial também concluiu pela aptidão do candidato 4. Apelação desprovida, por maioria, nos termos do voto do revisor.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Apelação nº 0322421-9, em que figuram como apelante Estado de Pernambuco e como apelado João de Anchieta Alves Barbosa.

ACORDAM os Desembargadores que integram a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por maioria, em conhecer da apelação cível, para negar-lhe provimento, mantendo a sentença exarada em primeiro grau que declarou nulo o ato administrativo

AA



que eliminou o apelado do concurso, assegurando ao mesmo a participação nas etapas seguintes do certame, vencido o relator. Fica designado para lavrar o acórdão o Des. Fernando Cerqueira.

Recife, 27 de maio, de 2014

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Revisor



338
318

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Apelação Cível nº 0322421-9 (NPU. 0100101-82.2009.8.17.0001)

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Erick Francisco Carneiro e outro

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Apelação Cível interposto pelo Estado de Pernambuco contra a sentença de fls. 257/258 que julgou procedente o pedido do apelado João de Anchieta Alves Barbosa (já que Erick Francisco Carneiro afirmou não mais possuir interesse no feito, sendo homologada sua desistência) no sentido de anular o ato administrativo que o excluiu do concurso público de Soldado da Polícia Militar por inaptidão no exame de saúde em razão de possuir doenças no aparelho cardiovascular, determinando, por conseguinte, a imediata matrícula no Curso de Formação, desde que tenha obtido êxito em todas as demais etapas do certame, e, concluindo-o com aproveitamento, seja nomeado e empossado no cargo público, com condenação do Estado ao pagamento de honorários no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Contra essa decisão o Estado apresentou apelo (fls. 265/283), sustentando, em suma, o seguinte: (i) que a eliminação do candidato pautou-se na lei e no Edital do certame; (ii) que o laudo pericial da banca examinadora não pode ser substituído pela perícia judicial, sob pena de interferir na esfera do ato denominada mérito administrativo, intocável por qualquer outro Poder; (iii) violação ao princípio da isonomia; (iv) perda superveniente do objeto da demanda por encerramento das demais etapas do concurso; (v) excesso do valor dos honorários fixados.

Pugna, então, pela reforma total da sentença, sendo invertido o ônus da sucumbência ou diminuído o valor dos honorários.

Foram apresentadas as contrarrazões às fls. 292/299, e o Ministério Público ofereceu parecer (fls. 330/335), opinando pelo desprovimento do apelo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

É o relatório.

À revisão.

Recife, 25 de abril de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

325
d

1ª Câmara de Direito Público.

Apelação Cível nº 0322421-9 (NPU. 0100101-82.2009.8.17.0001)

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Erick Francisco Carneiro e outro

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO – PRELIMINAR DE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DA
DEMANDA**

Inicialmente, cabe apreciar a preliminar de perda de objeto, ante a argumentação de que as demais etapas do concurso já foram concluídas.

Entende-se que “*é consabido que o mero encerramento de etapa de Concurso Público não pode ser motivo para declarar o pleito prejudicado, reconhecendo sua perda de objeto. Na verdade, deve a Administração Pública providenciar medidas eficazes para cumprir a ordem judicial*”.¹

A ação principal foi intentada no momento oportuno, quando ainda em andamento o concurso público em questão, com suas etapas ainda não concluídas. Por essa razão, deve ser rechaçada a preliminar em questão.

Com tais considerações, **voto no sentido de rejeitar a preliminar de perda de objeto.**

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator

¹ (TJPE 0017121-47.2010.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 07/04/2011, 8ª Câmara Cível, Publicação: 74/2011).



296
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Apelação Cível nº 0322421-9 (NPU. 0100101-82.2009.8.17.0001)

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Erick Francisco Carneiro e outro

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO - MÉRITO

A questão fulcral gravita em torno da (in) validade da eliminação do candidato no exame de saúde do Concurso Público para os cargos de Soldado da Polícia Militar, em razão de possuir patologia listada no Edital como incapacitante para o exercício da função.

O Estatuto dos Policiais Militares do Estado (Lei nº 6.783/74), em seu art. 10, dispõe que:

Art. 10 - O ingresso na Polícia Militar é facultado a todos os brasileiros, sem distinção de raça ou de crença religiosa, mediante inclusão, matrícula ou nomeação, observadas condições prescritas em lei e nos regulamentos da Corporação. (grifei)

Dito isso, o Certame foi realizado em meados do ano 2006, sendo regulado pela Portaria Conjunta SARE/SDS nº 045, de 14 de agosto de 2006. O Edital, em seu item 1.2, previu que o concurso terá as seguintes etapas: exame intelectual, de caráter eliminatório e classificatório; teste de Aptidão Física, de caráter eliminatório; exame psicológico, de caráter eliminatório; exame médico, de caráter eliminatório e investigação social, de caráter eliminatório.

Na etapa relativa ao exame de saúde, o Edital previu que "*Além da apresentação dos exames laboratoriais acima especificados, e objetivando averiguar possíveis causas de incapacidade para o pleno exercício de ambos os cargos, os candidatos serão submetidos aos exames clínicos constantes da Portaria do Comando Geral da Polícia Militar nº 044, de 06/01/94, modificada pela Portaria do Comando Geral da Polícia Militar nº 1243, de 06/08/2003, também aplicada ao Corpo de Bombeiros Militar.*" (item 5.3.4).

[assinatura]

O item 5.3.6 previu que:



397
df

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Item 5.3.6: Será considerado eliminado do concurso publico o candidato que:a)
deixar de realizar e/ou apresentar algum dos exames listados no subitem 5.3.2;

b) incidir em qualquer causa de incapacidade de saúde especificada na Portaria do Comando Geral da Policia Militar no 044, de 06/01/94, modificada pela Portaria do Comando Geral da Policia Militar no 1.246, de 06/08/2003, também aplicada ao Corpo de Bombeiros Militar; (...)

Nessa linha, a mencionada Portaria dispôs como causa incapacitante para o ingresso na polícia militar: (anexo único, VIII)

VIII. DOENÇAS DO APARELHO CARDIO-VASCULAR

(...) 4 - Arritmias cardíacas e transtornos de condução:

Depreende-se, portanto, que as normas do Edital previram, inicialmente, que o exame de saúde teria caráter eliminatório, e após, que seria eliminado do concurso o candidato que apresentasse arritmias cardíacas e transtornos de condução.

Nesse ponto, tenho que irregularidade alguma houve na eliminação do candidato ora apelado, que, encaixando-se nas normas eliminatórias do Edital, foi considerado inapto no exame de saúde.

Isto porque as normas editalícias devem ser cumpridas pela administração e pelo candidato, pois constitui lei imperativa (princípio da vinculação ao Edital).

O candidato colaciona aos autos laudos médicos tentando comprovar sua capacidade para o exercício da função pública que ora pleiteia, mesmo possuindo condição tida por incapacitante pelo Edital.

Ocorre que à administração cabe decidir os critérios de eliminação de candidatos em concursos públicos, sendo, o Poder Judiciário, autorizado a intervir apenas quando a decisão administrativa apresenta abuso de poder ou violação ao princípio da legalidade.

No caso, a administração decidiu que candidato portador de arritmia cardíaca não poderia exercer a função policial, inclusive consignando este critério no Edital do concurso, amparado pela legislação que rege a matéria. Dessa forma, entendo que o Poder Judiciário não pode intervir no presente caso por ausência dos requisitos autorizadores de sua interferência, e, além disso, pelo poder que possui a administração de decidir a respeito das condições físicas, de saúde e psicológicas dos candidatos que pretendem ingressar na corporação militar.



328
df

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Ademais, não podemos esquecer que *"A presunção de legitimidade é qualidade inerente a todo ato da Administração Pública, qualquer que seja sua natureza, estando presente desde o seu nascimento, razão pela qual, a obrigação de provar a existência de eventual vício pertence ao administrado"*. (312392520108170001 PE 0020976-34.2010.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 15/12/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 03). Assim, a invalidação desses atos deve ser embasada em prova cabal da ilegalidade.

Ou seja, a administração, além de ter poder para editar seus atos, sempre visando o interesse público, mas de acordo com seu poder discricionário, tais atos possuem presunção de legitimidade, de modo que só pode ser combatidos se presente prova contundente, robusta, da ilegalidade ou abuso de poder que o acomete.

Este e. Tribunal, em caso análogo, entendeu da seguinte forma:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO PARA A POLÍCIA MILITAR - EXAME DE SAÚDE - INAPTIDÃO. DOENÇA NO APARELHO CARDIOVASCULAR. PREVISÃO EDITALÍCIA - AUSÊNCIA DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. RECURSO INSTRUMENTAL IMPROVIDO. Submetido à avaliação médica, foi o Agravante tido como inapto, em virtude de doença no aparelho cardiovascular, para o exercício do cargo que concorreu por não atenderem aos parâmetros exigidos pela edital retromencionado, segundo restou demonstrado no resultado de exame de saúde carreado aos autos. É regra expressa no Edital, que "Será considerado eliminado do concurso público o candidato que incidir em qualquer causa de incapacidade de saúde especificada na Portaria do Comando Geral da Polícia Militar nº 044, de 06/01/94". Agravo de instrumento improvido. Decisão unânime. (343155720108170001 PE 0018654-41.2010.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 15/03/2011, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 58/2011)

Na verdade, tem-se que o apelado pretende um tratamento diferenciado do que foi dispensado aos demais candidatos na mesma situação, o que é expressamente vedado pelo Edital e pela vasta jurisprudência que trata do assunto.

Este e. Tribunal de Justiça entende que *"Os processos de seleção para o preenchimento de cargos públicos devem assegurar a isonomia de tratamento entre os concorrentes, de modo a permitir que os mais aptos sejam convocados"*

Erik



329
d

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

(457563520108170001 PE 0013565-03.2011.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 22/03/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 61).

Há que se destacar, ainda, que a exclusão do candidato do referido concurso por motivo de inaptidão no exame de saúde, por possuir patologia no aparelho cardiovascular, atende aos ditames da razoabilidade e proporcionalidade, pois é razoável obstar o acesso de pessoa com tal patologia aos quadros policiais, pois sua admissão pode trazer graves prejuízos à administração e à ele próprio, conforme acima mencionado.

Assim, por ser manifestamente contrário aos preceitos editais regentes do mencionado concurso, assim como aos entendimentos jurisprudenciais expostos pelos tribunais, entendo que o pedido do candidato merece ser rechaçado, reformando-se a sentença de 1º grau.

Por tais considerações, voto no sentido de dar provimento ao apelo, reformando-se in totum a sentença de 1º grau, invertendo-se o ônus da sucumbência, ficando o apelado obrigado ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos quais recai, contudo, as disposições do art. 12 da Lei nº 1.060/50 (*"A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita"*).

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª Câmara de Direito Público
Apelação Cível Nº 0322421-9
Juízo de Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital
Magistrado Sentenciante: Dr. Paulo Onofre de Araújo
APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
Procurador: Dr. Francisco Luiz Viana Nogueira
APELADO: João de Anchieta Alves Barbosa
Advogado: Dr. Paulo Eduardo Guedes Maranhão
RELATOR: Des. Erik de Sousa Dantas Simões
REVISOR: Des. Fernando Cerqueira Norberto Dos Santos

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Estado de Pernambuco em face de sentença proferida pelo juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital que julgou procedente o pedido inicial formulado na ação ordinária de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada, declarando a nulidade do ato administrativo que considerou o Sr. João de Anchieta Alves Barbosa inapto no exame médico e permitindo que o candidato participe do curso de formação de Soldados da Polícia Militar do Estado de Pernambuco e, na hipótese de obter êxito, seja nomeado e empossado no cargo em questão.

PRELIMINAR DE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO
DA DEMANDA

O Estado de Pernambuco alega preliminarmente a perda superveniente do objeto da demanda, tendo em vista o encerramento do concurso. Alega ainda que o objeto da ação teria desaparecido, pois a ação não mais resultaria qualquer benefício em favor do apelado, por absoluta inviabilidade de concretização.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o encerramento do concurso por si só não oportuniza a perda de objeto da ação, sob pena de tornar definitiva a suposta ilegalidade. Destaque-se ainda que a ação foi ajuizada dentro do

331
prazo de validade, de forma que a demora do julgamento não pode ser motivo de prejuízo ao apelado. Senão, vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. FALTA DE INTERESSE DE AGIR ANTE A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO. INOCORRÊNCIA. RETORNO DOS AUTOS. 1. Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, quando a ação busca aferir a suposta ilegalidade de uma das etapas do concurso, a homologação final do concurso não conduz à perda do interesse de agir. Precedentes: AgRg na MC 15648/S, Relator Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, DJe 01/02/2010; AgRg no RMS 36566/GO, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 23/04/2012; MC 15648/SP, Relator Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, DJe 10/05/2010; AgRg na MC 15648/SP, Sexta Turma, DJe 01/02/2010. 2. Retorno dos autos à instância de origem para análise dos pedidos. 3. Agravo regimental não provido. STJ - AgRg nos EDcl no AREsp: 77316 DF 2011/0266665-5, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 11/02/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/02/2014)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. ILEGALIDADE NA PROVA OBJETIVA. EXCLUSÃO. HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME. PERDA DE OBJETO. INOCORRÊNCIA. 1. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no caso de homologação do concurso público, não há perda de objeto do mandado de segurança impetrado com objetivo de discutir ilegalidade em determinada fase do certame. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AgRg no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 18.444 - SC, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, 6ªT, DJe 03/02/2014)

Sob tais fundamentos o meu voto é proferido no sentido de ser conhecida e rejeitada a preliminar de perda superveniente do objeto da demanda suscitada pelo apelante.

MÉRITO

No mérito o Apelante defende que a reprovação do apelado está de acordo com os ditames do edital.

A controvérsia consiste na análise da legalidade do ato que excluiu o candidato do concurso, sob o argumento de que o mesmo era inapto por apresentar doenças do aparelho cardiovascular, e mais, especificamente, arritmias cardíacas e transtornos de condução.

332
✓

Ao compulsar os autos, verificou-se que o exame médico acostado às fls. 51/63, assinado pelo Dr. Luiz Octávio de Souza Sampaio (CRM 6304), constata que o teste ergométrico foi eficaz e que o candidato não apresenta alterações clínicas ou arritmias esforço induzidas, bem como os exames assinados pela Dr. Maria de Fátima Monteiro (CRM 6753), às fls. 233/235, atestam a ausência de distúrbios do ritmo e alterações clínicas ou eletrocardiográficas.

A perícia judicial, às fls. 229/232, também concluiu pela aptidão do apelado, atestando que o mesmo não é portador de cardiopatias, estando apto para realizar qualquer tipo de atividade física.

A Comissão Organizadora do concurso, porém, declarou o candidato inapto, de acordo com a previsão da Portaria do Comando Geral nº 044/94/CRESEP (Anexo Único do Edital), a qual dispõe em seu item VIII, 4, como causa de incapacidade para ingresso na Polícia Militar de Pernambuco, a existência de arritmias cardíacas e transtornos de condução.

O laudo da Comissão, à fl. 33, no entanto, é superficial e inconsistente, contrariando os princípios da Administração Pública, tais como a moralidade, publicidade e transparência, não esclarecendo os motivos que levaram a concluir pela inaptidão, uma vez que a simples alegação da presença dos transtornos sem fundamento nos exames clínicos é insuficiente.

Dessa forma, verifica-se que o ato praticado pelo agente público está eivado de ilegalidade, uma vez que foram invocados pressupostos de fatos falsos ou errôneo. Para o ato ser considerado válido, este deve trazer a motivação devida para o fim a que se destinou e não apenas declarar o candidato inapto para o cargo. Neste sentido tem se posicionado esse Egrégio Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR. EXAME DE SAÚDE. INAPTIDÃO. EXCLUSÃO DO CERTAME. EXAME CARDIOLÓGICO. APARENTE AUSÊNCIA DE CAUSA INCAPACITANTE AO EXERCÍCIO DO CARGO, NOS TERMOS DA PERÍCIA JUDICIAL E DOS EXAMES E LAUDOS MÉDICOS CARREADOS PELO AGRAVADO. AGRAVO DESPROVIDO.

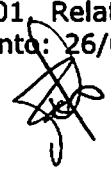
1. O cerne da presente controvérsia consiste na análise da legalidade do ato que excluiu o candidato do certame em apreço, sob o fundamento de que o mesmo era inapto, por apresentar curva de pressão arterial alterada por hipertensão arterial sistêmica leve no exame de saúde. 2. Observa-se que a documentação carreada aos autos pelo agravado denota a inexistência da patologia incapacitante que ensejou a conclusão pela sua inaptidão. 3. Da análise do caderno processual, observa-se que o exame médico acostado à fl.46

✓

333
✓

constata que o teste ergométrico foi eficaz e com resposta normal ao esforço, contendo a seguinte declaração: "Teste eficaz, máximo, sem presença de alterações clínicas ou eletrocardiográficas sugestivas de isquemia miocárdica. Curvas de PA e FC normais. Capacidade cardiorespiratória excelente- AHA". 4. O Estado de Pernambuco requereu, à fl. 141, a produção de prova pericial que foi deferida pelo magistrado a quo, cf. fl.147. No laudo pericial laudo pericial, fl. 166, o médico experto consignou o seguinte: "O demandante não é portador de hipertensão arterial sistêmica em qualquer das suas formas de apresentação clínica. 2. O demandante não é portador de patologia cardiovascular ou qualquer ou outra doença incapacitante detectável pelos exames acima citados. 3. O demandante está apto, do ponto de vista médico, a realização de esforços físicos contínuos e intensos." 5. In casu, observo que inexistiu a devida motivação para a exclusão do candidato do certame, tendo o ato administrativo atentado contra o princípio da finalidade. É que, em face das provas produzidas, demonstrou-se estar o candidato plenamente apto às atividades exigidas no cargo pretendido, atendendo aos requisitos estabelecidos no edital. (TJ-PE - Agrv na Apl: 0099942-42.2009.8.17.0001 PE 275094-7, Relator: Jorge Américo Pereira de Lira, Data do Julgamento: 30/07/2013, 1ª Câmara de Direito Público)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO DA PMPE. REPROVAÇÃO NO EXAME DE SAÚDE. PARECER MÉDICO INSUBSISTENTE. LESÃO AO PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. COMPROVAÇÃO DA APTIDÃO FÍSICA DOS CANDIDATOS PARA EXERCEREM A ATIVIDADE POLICIAL. RECURSO DE OFÍCIO NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE DOS VOTOS. 1. O ato de exclusão dos apelados do concurso da PMPE revelou-se eivado de vício, pois o laudo médico que considerou os candidatos inaptos não apresentou os motivos que os levaram a concluir que o teste ergométrico realizado pelos recorridos apresentou alteração cardíaca suficiente para excluí-los do concurso, lesionando, sobremaneira, aos Princípios da moralidade, da publicidade e da transparência na administração pública. 2. Os exames cardiológicos trazidos pelos recorridos são contundentes no sentido de que o distúrbio de condução do lado direito do qual são portadores, não pode ser considerado como uma doença impeditiva do pleno exercício da atividade militar. 3. Demonstrado que os apelados gozam de plena capacidade física para exercer a atividade policial, uma vez que lograram êxito em prosseguir nas demais etapas do certame chegando ao curso de formação de soldados obtendo aprovação final. 4. Recurso de ofício não provido sem discrepância, prejudicado o apelo voluntário. (TJ-PE - APL: 1001286520098170001 PE 0100128-65.2009.8.17.0001, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 26/05/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 103)



Vale ressaltar que a violação consiste na ausência de motivação para a eliminação do concurso, não se discutindo, portanto, a exigência de submissão ao exame contida no edital, mas a falta de exteriorização formal do motivo, da causa e consequência desta no bom desempenho do cargo a que pretende o candidato excluído.

A despeito de saber que as normas editalícias são Lei do Concurso, bem como que os princípios constitucionais devem ser observados. Não é razoável, portanto, eliminar um candidato sob o fundamento de o mesmo apresentar determinada doença, a qual não foi sequer comprovada e que não acarreta comprometimento das atividades a serem desempenhadas no cargo.


Os exames cardiológicos acostados pelo apelado demonstram a sua plena capacidade para o exercício do cargo da Polícia Militar, juntamente com a perícia judicial que concluiu da mesma maneira. Verificou-se, assim, que o conjunto probatório produzido nos autos faz concluir que o motivo invocado para excluir o candidato do certame não corresponde à realidade.

Instado a se manifestar o Ministério Público emitiu parecer às fls.330/335, opinou pelo não provimento da Apelação, mantendo-se a sentença recorrida em todos os seus termos, destacando que a perícia médica oficial constatou não apresentar patologia que inabilite o candidato a exercer normalmente o cargo objeto do concurso público, não podendo ser negado o direito de permanecer no certame.

À vista do exposto, o meu voto de revisão é no sentido de negar provimento ao apelo para manter a sentença que declarou nulo o ato administrativo que eliminou o apelado do concurso, assegurando ao mesmo a participação nas etapas seguintes do certame.

É como voto.

Recife, 26/maio/2014



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Revisor

326



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 27.05.2014

APELAÇÃO CÍVEL Nº 322421-9 – RECIFE

APELANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADOS : ERICK FRANCISCO CARNEIRO E OUTRO

RELATOR : DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES

REVISOR : DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA

RELATÓRIO NAS FOLHAS 318 DOS AUTOS

VOTO DO RELATOR NAS FOLHAS 325 DOS AUTOS.

VOTO DO REVISOR NAS FOLHAS 330/331 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE E REVISOR)

A Revisão é no mesmo sentido. Em discussão. Colho voto.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

No mesmo sentido.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE E REVISOR)

O Doutor Procurador Sales Albuquerque deseja a palavra.

DOUTOR FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE – REPRESENTANTE DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

A presente ação diz respeito à exclusão de um candidato a concurso da Polícia Militar. No exame médico, consta “inapto”. Aquela palavra simples que nós vemos nos autos: “inapto por problemas cardiovasculares”. O juízo, recebendo a ação e durante a instrução, determinou a realização de perícia, à vista de atestados médicos particulares. Foi feita a perícia oficial. O perito do juízo disse que a parte não teria nenhum problema. O perito oficial!

Então, nesse sentido, é que, no mérito, há discordância com o posicionamento da Relatoria. A tese do Ministério Público é de que, se, efetivamente, há uma presunção de ilegitimidade, ela não é uma presunção absoluta do ato administrativo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

No caso, o juízo, realizada a perícia e constatada a inexistência da inaptidão, que, num édito simples, disse "apenas inapto por problemas cardiovasculares", à vista de exames particulares e, bem assim, de perícia oficial determinada pelo juízo, esta "inaptidão" acolhida de maneira sumária, dita de maneira sumária, ela pode ser afastada. E afasta-se, aí, a meu sentir, a presunção de ilegitimidade que guardaria o ato administrativo de afastamento, mais ainda porque não é qualquer inaptidão que tira o cidadão de ascender a um cargo público. Se, assim não o fosse, a Constituição da República não guindaria a preceito fundamental a proteção daquelas pessoas portadora de necessidades especiais.

Então, nós devemos ter uma interpretação muito cuidadosa com essa questão do acesso ao cargo público quando a pessoa é portadora de uma inaptidão, porque alguns outros poderiam ser inaptos. E a Constituição da República protege, inclusive os portadores de necessidades especiais, a cegueira monocular, há uma série de proteções que são dadas àqueles que têm necessidades especiais.

Então, como disse, e há uma citação aqui que eu acho importante fazer, no Agravo, Relator Luiz Carlos Figueiredo, por ocasião do agravo regimental, ele diz assim: *"se, por um lado, a administração, no exercício do seu poder discricionário, pode eleger requisitos necessários ao ingresso no serviço público, que se ajuste com a conveniência, oportunidades administrativas, por outro viés, faz-se mister ressaltarmos que todo ato administrativo há de ser motivado, sendo certo, outrossim, que tal motivação, necessariamente, tem de corresponder a uma finalidade pública e real"*.

No caso, isto não aconteceu. Sumariamente se diz "inapto" por problemas cardiovasculares, mas não se fundamenta, não há fundamentação no laudo médico da inaptidão do candidato que foi excluído do certame.

"À vista, pois, da realização da perícia judicial, com o fim de analisar a existência da patologia apresentada pelo candidato, se ela era capaz de interferir no desempenho da função policial, concluiu o laudo pela plena capacidade do candidato de desempenhar atividades físicas. A produção de prova pericial, portanto, afasta a presunção de veracidade da conclusão a que chegou a banca do concurso, que teria concluído pela inaptidão do apelado para o cargo de policial militar. Assim, uma vez que a perícia médica oficial constatou que o apelado não apresenta patologia que o inabilite que exercer normalmente o cargo objeto do concurso, não lhe pode ser negado o direito de permanecer no certame. A decisão da administração que elimina o apelado no certame não se encontra em consonância com os postulados legais já que declara a inaptidão do candidato apenas por ser portador de uma determinada patologia sem que esta implique em inaptidão para o exercício de função pública. Não é qualquer patologia que pode implicar na eliminação do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

candidato em certames públicos mas tão somente aquelas que podem efetivamente prejudicar o desempenho profissional. Afigura-se, pois, discriminatória a eliminação de candidato que apresentem determinadas patologias que em nada prejudiquem o desempenho da função pública almejada."

Neste sentido, há precedentes aqui do Tribunal de Justiça de nº 175085-6, Relator: Ricardo Paes Barreto. Há também da relatoria do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães, o 245683-5, e, há, por último, também outro, de relatoria do Desembargador Luiz Carlos Figueirêdo, de nº 184886-2/01.

Então, neste sentido, registre-se, aí, concordando com a relatoria, que a alegada perda superveniente do objeto da ação em face do encerramento de todas as etapas do concurso não deve ser acolhida, como já disse o Desembargador.

Antes estes fatos, o Ministério Público opina pelo não provimento do recurso do Estado, mantendo-se a sentença recorrida em todos os seus termos. Muito obrigado, Senhor Presidente.

VOTO DO RELATOR NAS FOLHAS 326/329 DOS AUTOS.

VOTO DO REVISOR NAS FOLHAS 331/334 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE E REVISOR)

Meu voto é exatamente divergente, que é negando provimento ao apelo para manter a sentença que declarou nulo o ato administrativo, que eliminou o apelado do concurso. Em discussão.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Eu gostaria de um esclarecimento. Pelo que li da proposta de ementa para o acórdão da lavra do eminente Relator, nós temos dois laudos divergentes. Um que foi feito pela administração na fase de inscrição do concurso em que se conclui que o apelante era portador de patologia no aparelho cardiovascular, que o inabilitava para o exercício da função policial militar, que, por isso, ele foi excluído do certame. Ele veio a juízo, obteve uma liminar que o habilitou ao participar das etapas do concurso, mas, em juízo, o doutor juiz da causa nomeou o perito. É isso que eu gostaria de saber. Nomeou um perito, facultou às partes a indicação de assistentes técnicos e a formulação de quesitos? Isso é verdade? E qual foi a conclusão da perícia judicial, a perícia que foi realizada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

sob o crivo do contraditório? Essa perícia judicial foi realizada? E considerou apto o ora apelante?

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE E REVISOR)

Está às folhas 229/232.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Então, é fato incontroverso que houve a perícia judicial? E a conclusão... (interrompido).

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE E REVISOR)

Sim, sim. E não é portador de cardiopatia, estando apto a realizar qualquer tipo de atividade.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

E fico satisfeito, Desembargador Erik, com a informação do Revisor.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Essa perícia, eu acrescento, foi firmada por Adriana de Paula Reis.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Que foi a médica nomeada pelo juiz da causa e a perita judicial foi nomeada pelo juiz da causa.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Ela conclui dizendo que o Senhor João de Anchieta Alves Barbosa não é portador de cardiopatias, estando apto para realizar qualquer tipo de atividade física, mediante exercícios clínicos e exames complementares realizados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

É evidente que a perícia feita, o exame feito pela administração tem uma presunção relativa de veracidade, mas essa presunção relativa de veracidade foi desfeita quando ocorreu a perícia realizada pelo Poder Judiciário, que facultou às partes a indicação de assistentes técnicos e a formulação de quesitos.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

O parecer do Ministério Público foi nesse sentido, portanto a presunção de veracidade cedeu à perícia realizada pelo Poder Judiciário. Então, não posso chegar à outra conclusão a não ser a de que o apelante é apto ao exercício da função policial. Por isso eu peço vênha ao Desembargador Erik e me filio ao entendimento do eminente Revisor. De sorte que nego provimento ao apelo para confirmar a sentença do 1º grau.

É como voto.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE E REVISOR)

Desembargador Erik, Vossa Excelência mantém o voto?

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Mantenho. Seria interessante anunciar a primeira preliminar, Senhor Presidente, de perda superveniente do objeto da demanda. Faltou anunciar.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Eu acompanho a Turma em relação à preliminar.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE, A TURMA REJEITOU A PRELIMINAR DE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DA DEMANDA. NO MÉRITO, POR MAIORIA, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, VENCIDO O RELATOR. FICA DESIGNADO PARA LAVRAR O ACÓRDÃO O DES. FERNANDO CERQUEIRA."